

E SE TODOS OS RESTAURANTES FOSSEM IGUAIS?



**Martim
Avillez Figueiredo**

A reforma da educação está sempre presa nos mesmos dilemas, mas a solução está há muito apontada e o exemplo dos restaurantes mostra bem o caminho a seguir

Os professores não querem estar na mobilidade especial. Eu também não queria, mas no sector privado há muito que essa mobilidade significa desemprego para quem não cumpre no seu posto de trabalho. Isto não é dizer que existe um problema com os professores portugueses — é dizer que existe um problema com o sistema público de educação.

David Osborne, que promoveu a reforma da administração pública no Governo Clinton/Gore, esteve esta semana em Lisboa a falar da reinvenção do Estado. Mesmo descontando as diferenças entre Estados Unidos da América e Portugal (um país cuja administração pública original foi desenhada à imagem do modelo francês) a verdade é que o problema da educação não está apenas nos professores. Está num sistema que não premeia a concorrência entre escolas (e nesse sentido entre os bons e os maus professores) nem oferece liberdade de escolha aos pais.

Reparem como Osborne coloca as coisas: imaginem que a organização dos restaurantes de um país replicava o modelo da educação. Teríamos de comer no restaurante mais próximo de casa, e apenas nesse — apesar de todos os outros serem iguais, uma vez que ementas, cozinheiros e empregados são decididos centralmente. As portas estariam abertas apenas nove meses por ano — de setembro a junho — e a ementa evoluía com a nossa idade:

uma criança que gostasse muito de brócolos aos 8 anos só os podia comer aos 12, por exemplo. Tinha uma vantagem: as refeições eram grátis (pagas pelos contribuintes) e não era preciso dar gorjeta ao pessoal (cuja carreira e salário dependiam dos anos de serviço e não da sua qua-

Imagine-se restaurantes a replicar o modelo da educação: só poderíamos comer no mais próximo de casa e ementas, cozinheiros e empregados eram decididos centralmente

lidade). Finalmente, os restaurantes funcionariam mesmo que os consumidores não gostassem deles. Eis o sistema de educação... Não faz sentido, pois não?

Na Suécia, um país europeu, todas as escolas são financiadas pelo Estado e integram o sistema público de educação, mas (sejam públicas ou privadas) têm total autonomia de escolher os seus

projetos educativos e de contratar por si os professores que melhor se adequam ao que pretendem. O Estado, no final, avalia as escolas com base nos resultados dos exames nacionais e de inspeções frequentes. Os pais suecos estão encantados com o modelo: para eles, é impensável regressar a um sistema em que não possam escolher a escola que melhor se adequa aos seus filhos.

Bem sei no que estão a pensar: escolas assim vão selecionar apenas os bons alunos, deixando de fora aqueles com piores resultados nos exames nacionais. Não podem — é para isso que servem as inspeções. De resto, o mesmo acontece no Reino Unido e a principal missão dos inspetores é corrigir justamente essas 'fraquezas' das direções escolares.

Nuno Crato sabe bem do que aqui se fala — e por isso são grandes as expectativas que existem sobre o seu desempenho. Esta mudança, que parece tarefa hercúlea, teria uma enorme vantagem: o apoio de todos os pais. Como há mais pais do que Mários Nogueiras, o caminho parece evidente.